



**CLIPPING INTERNET**  
**20/12/2022 ATÉ 20/12/2022**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG DIEGO EMIR.....	1
	1.2 BLOG DO JURACI FILHO.....	2
	1.3 BLOG DO VARÃO.....	3
	1.4 BLOG LEONARDO CARDOSO.....	4
	1.5 BLOG SÍLVIO RAMON.....	5
	1.6 SITE JORNAL ITAQUI BACANGA.....	6
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 BLOG DANIEL MATOS.....	7
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG JAILSON MENDES.....	8
	3.2 DIFUSORA ON.....	9
	3.3 SITE O PROGRESSO.....	10
4	EVENTOS	
	4.1 BLOG VANDOVAL RODRIGUES.....	11
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 DIFUSORA ON.....	12
	5.2 SITE IMIRANTE.COM.....	13 14 15
	5.3 SITE JORNAL PEQUENO.....	16
	5.4 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	17
6	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	6.1 BLOG ILHA REBELDE.....	18
	6.2 BLOG LEONARDO CARDOSO.....	19
	6.3 PORTAL G1 MARANHÃO.....	20
7	PRESIDÊNCIA	
	7.1 BLOG DALVANA MENDES.....	21
	7.2 BLOG DO JURACI FILHO.....	22
	7.3 BLOG DO LEONARDO ALVES.....	23
	7.4 SITE INOTÍCIA.....	24
	7.5 SITE JORNAL PEQUENO.....	25
	7.6 SITE MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO.....	26
	7.7 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	27
	7.8 SITE O PROGRESSO.....	28

# Justiça Eleitoral diploma eleitos e reeleitos no pleito de 2022 no Maranhão

19 De Dezembro De 2022 Dalvana Mendes

Os 42 deputados estaduais eleitos e reeleitos no pleito de outubro foram diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), em sessão solene realizada na tarde deste sábado (17), no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana. No mesmo ato também receberam o diploma da Corte Eleitoral os 18 deputados federais, o senador Flávio Dino, as suplentes de senador, Ana Paula Lobato e Maria de Lourdes; o governador Carlos Brandão, o vice-governador Felipe Camarão, além dos suplentes de cada partido. A solenidade foi conduzida pela presidente do TRE/MA, desembargadora Ângela Salazar, com a presença de dirigentes partidários, prefeitos, parlamentares, familiares, correligionários e demais autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Também compuseram a mesa de honra o governador Carlos Brandão (PSB); o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB); o prefeito de São Luís, Eduardo Braide (PSD); o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA); desembargador Paulo Velten; o corregedor e vice-presidente do TRE/MA, desembargador José Luís Almeida; procurador geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; procurador regional eleitoral, Hilton Araújo de Melo; procurador da República, Lino Osvaldo Serra; defensor público-geral, Gabriel Santana Furtado Soares; presidente da Seccional da OAB/MA, Kaio Saraiva; e pelo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMAMA), Hólidice Barros.

Os eleitos foram chamados por ordem decrescente de votação na urna eletrônica. Primeiramente, receberam diplomas os deputados federais, seguidos dos estaduais, senador, suplente de senador, governador e vice-governador, os suplentes de deputado federal e estadual de cada partido, federação e coligação também foram diplomados.

Após ser diplomado, o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), frisou que continuará trabalhando para todos os maranhenses. “Agradeço ao povo do Maranhão que me honrou com uma expressiva votação, o que reforça o nosso compromisso de continuar trabalhando ainda mais pelo nosso estado”, enfatizou.

A presidente do TRE/MA, Ângela Salazar, afirmou que a Justiça Eleitoral reorganizou-se e reinventou-se para proporcionar à sociedade um processo seguro, pacífico, transparente e confiável. “Trabalhamos em um clima de suspeição e ataques à Justiça Eleitoral e de constantes ameaças ao Estado Democrático de Direito. No entanto, enfrentamos esses obstáculos e mostramos, com firmeza e eficácia, que a democracia venceu. Esta solenidade representa a legitimação do processo eleitoral no Maranhão”, afirmou.

## Eleitos

A suplente de senador Ana Paula Lobato, que assumirá o mandato em substituição a Flávio Dino, que vai para o Ministério da Justiça, afirmou que trabalhará com determinação. “E em favor de todos os brasileiros e maranhenses, principalmente daqueles que mais precisam”, frisou.

A deputada Solange Almeida (PL) enfatizou que está disposta a trabalhar pelo povo do Maranhão. “E ao lado do governador Carlos Brandão. Esperamos também que o presidente Lula faça um excelente trabalho pelo Brasil”. disse.

#### Aliança

O governador Carlos Brandão afirmou que governará para todos os maranhenses de forma transparente. “Somos um estado que preza pela segurança jurídica e a democracia baseada na harmonia entre os Poderes. É assim que governaremos. Somos fruto da escolha do povo. Teremos um olhar mais atento àqueles que mais precisam e uma visão de modernização da máquina pública para gerar emprego e renda. Sou um municipalista convicto e tenho total consciência dos desafios que assumirei para que cada município seja atendido da forma justa”,.

#### Justiça social

O senador eleito Flávio Dino manifestou grande emoção ao receber o diploma. Recebo esse diploma com o sentimento de dedicação à causa da justiça social e compromisso com o trabalho. Divido-o com todo o povo do Maranhão. Em cada pedaço dele estará o coração de cada maranhense. Levarei para Brasília esse sentimento de amor, solidariedade e fraternidade que me une de modo indissociável com a população de nosso estado, sobretudo, a população mais simples”, disse.

O deputado estadual reeleito Roberto Costa (MDB) ressaltou que está sendo formada uma forte aliança pelo Maranhão e que a Assembleia manterá um bom diálogo com o Executivo, buscando melhorias para a população. “Tenho uma grande expectativa em relação ao governo do presidente Lula, que contará com a presença do senador Flávio Dino como ministro da Justiça, o que sinaliza um suporte grande para o nosso estado no que diz respeito às ações federais”, complementou.

## **Escritório-Ecola do Curso de Direito da Universidade Ceuma já fez mais de 2.700 atendimentos à comunidade em 2022**

Por Daniel Matos • terça-feira, 20 de dezembro de 2022

0 comentário

O Escritório-Ecola Antenor Bogéa, que integra a estrutura acadêmica do Curso de Direito da Universidade Ceuma, já fez mais de 2.700 atendimentos à comunidade em 2022. A assistência jurídica à população é prestada por alunos da instituição de ensino superior, nas áreas Cível, Criminal (com exceção a crimes contra a vida), Trabalhista, Consumidor e Previdenciária.

Localizado no Campus Renascença, o Escritório-Ecola Antenor Bogéa é um importante instrumento para a preparação de futuros advogados e operadores de Direito que cursam a graduação na Universidade Ceuma. Além de funcionar como campo de atuação para o estudante aliar teoria e prática jurídica, a unidade acadêmica presta relevantes serviços à população, oportunizando atendimento advocatício a pessoas com dificuldade de arcar com os custos de uma ação judicial.

Mutirão

Um dos feitos de destaque do Escritório-Ecola da Universidade Ceuma este ano foi o “Mutirão de Conciliação”, realizado entre os dias 18 e 21 de outubro. Durante os quatro dias do evento, que fez parte das atividades do 3º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (3º Cejusc), foram mediadas questões cíveis de família e cobrança, tais como divórcio (em três dias), reconhecimento e dissolução de união estável, pensão alimentícia, execução de alimentos, revisional de alimentos, guarda de filhos menores e reconhecimento espontâneo de paternidade.

Seletivo

O Escritório-Ecola Antenor Bogéa proporciona aos acadêmicos vivenciar a rotina do mercado de trabalho da advocacia, favorecendo a formação de profissionais com sólidos conhecimentos e atualizados à realidade da carreira. E qualquer estudante com aspiração a cursar a graduação em Direito pode ter acesso a esse valioso meio de ensino. Basta participar do próximo seletivo a ser realizado pela Universidade Ceuma, cujas inscrições estão abertas.

O candidato tem a opção de fazer a prova online e ao usar a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pode ganhar bolsas de até 40% em todo o curso.

Inscreva-se aqui.

# **Governo Brandão avança no desenvolvimento de projetos para a regularização fundiária no estado**

**20/12/2022 02:59:58**

O governador Carlos Brandão coordenou, na tarde desta segunda-feira (19), no Palácio dos Leões, uma reunião de alinhamento que contou com a participação de diversas secretarias de Estado, representantes e membros do Poder Judiciário, municípios, Câmara de São Luís e da iniciativa privada. O encontro objetivou a elaboração de uma parceria institucional voltada para avanços na regularização fundiária no Maranhão.

O momento também foi essencial para a reflexão sobre a viabilidade de diversos mecanismos facilitadores para a regularização de territórios nacionais. Segundo Richard Torsiano, especialista internacional em Governança e Administração de Terras, há uma série de elementos que justificam a investida e interesse de destaque do Estado do Maranhão em gerenciar os processos de regularização fundiária em seus territórios urbano e rural.

"Há o interesse em se construir um projeto nacional para melhorar a gestão fundiária no país. E existem estados que são prioritários para produzir os seus projetos paralelos, por suas características, como é o caso do Maranhão. Pela quantidade de comunidades, biomas Amazônia e Cerrado, avanço da fronteira agrícola, potencial de energias renováveis", explicou Torsiano, que também é consultor do Banco Mundial junto à Corregedoria-Geral da Justiça do Piauí (CGJ/PI).

Para Brandão, há grandes avanços nos últimos anos, nesse quesito, no território maranhense. E, para ele, a atuação das Corregedorias de Justiça tem sido relevante no processo de colaboração integrada. "O governo do Maranhão tem muita vontade de avançar na regularização fundiária em seu território. Vamos ampliar a relação com o governo federal e no fomento a financiamentos privados. Precisamos encontrar recursos. Onde houver espaço, iremos atrás", garantiu.

## **Desenvolvimento e preservação dos povos e comunidades tradicionais**

A expansão do agronegócio no Brasil, sem o devido processo de ordenação territorial, tem ocasionado conflitos agrários envolvendo diversos atores. Outro mote defendido ao longo da reunião foi justamente sobre o avanço em políticas públicas que garantam segurança jurídica, combatendo a tensão no campo, que por vezes tem crescido.

"Tem que ter espaço para todos. Comunidades indígenas e quilombolas. Assentados e grandes produtores. O que não pode é ter conflito agrário. A paz no campo deve ser garantida e os legítimos responsáveis pelas terras precisam ter sua segurança garantida, para não se tornarem sujeitos a invasões", ressaltou, ainda, o governador.

## **Celeridade e tecnologia**

Além desses elementos, a regularização fundiária elaborada de forma ordenada, com a participação de todos os agentes públicos e parceiros do campo empresarial, garante outros pontos positivos. "É possível ter acesso a

crédito, aos programas governamentais e às inovações tecnológicas, sem deixar de lado a conservação ambiental, tão debatida hoje em dia por quem pensa em uma produção sustentável para os seus estados", pontuou o diretor-presidente do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), Anderson Ferreira.

Uma ideia que tem ganhado bastante entusiastas e que foi colocada em debate é a da entrega dos títulos de propriedade em projetos de regularização fundiária no Maranhão por meio da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ/MA) com a interligação dos cartórios de registros de imóveis ao Iterma, otimizando e agilizando os projetos desenvolvidos pelo Judiciário maranhense, sem custos.

"A média de regularização fundiária, nos últimos governos, tem sido de 500 a 1500 títulos de terra por ano. Pretendemos avançar com um projeto maior, daqui para a frente, com o esforço conjunto de todas as entidades parceiras", esclarece Brandão.

Para isso, o encontro deliberou a formação de grupos de trabalho que irão avançar em uma espécie de diagnóstico. A finalidade é apresentar propostas para a regularização fundiária nas áreas urbana e rural maranhenses, por meio de financiamento e acordos entre as diversas iniciativas, que atuam conjuntamente para a melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos no convívio com a terra, daqueles que vivem e produzem em solo maranhense.

A reunião contou com a presença de representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Ministério Público do Maranhão (MPMA), Defensoria Pública, prefeituras municipais, Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Urbano (Secid) e do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), que vão atuar para garantir mais segurança jurídica e políticas públicas a pequenos, grandes e médios produtores das zonas rural e urbana do estado.

## **Governo Brandão avança em projetos para a regularização fundiária no MA**

20/12/2022 08:59:11

O governador Carlos Brandão coordenou na tarde dessa segunda-feira (19), no Palácio dos Leões, uma reunião de alinhamento que contou com a participação de diversas secretarias de Estado, representantes e membros do Poder Judiciário, municípios, Câmara de São Luís e da iniciativa privada. O encontro objetivou a elaboração de uma parceria institucional, voltada para avanços na regularização fundiária no Maranhão.

O momento também foi essencial para a reflexão sobre a viabilidade de diversos mecanismos facilitadores de regularizações de territórios nacionais. Segundo Richard Torsiano, especialista internacional em Governança e Administração de Terras, há uma série de elementos que justificam a investida e interesse de destaque do Estado do Maranhão em gerenciar os processos de regularização fundiária em seus territórios urbano e rural.

"Há o interesse em se construir um projeto nacional para melhorar a gestão fundiária no país. E existem estados que são prioritários para produzir os seus projetos paralelos, por suas características, como é o caso do Maranhão. Pela quantidade de comunidades, biomas Amazônia e Cerrado, avanço da fronteira agrícola, potencial de energias renováveis", explicou Torsiano, que também é consultor do Banco Mundial junto à Corregedoria-Geral da Justiça do Piauí (CGJ/PI)

Para Brandão, há grandes avanços nos últimos anos, nesse quesito, no território maranhense. E, para ele, a atuação das Corregedorias de Justiça tem sido relevante no processo de colaboração integrada. "O governo do Maranhão tem muita vontade de avançar na regularização fundiária em seu território. Vamos ampliar a relação com o governo federal e no fomento a financiamentos privados. Precisamos encontrar recursos. Onde houver espaço, iremos atrás." Garantiu.

**\*Desenvolvimento e preservação dos povos e comunidades tradicionais\***- A expansão do agronegócio no Brasil, sem o devido processo de ordenação territorial, tem ocasionado conflitos agrários envolvendo diversos atores. Outro mote defendido ao longo da reunião foi justamente sobre o avanço em políticas públicas que garantam segurança jurídica, combatendo a tensão no campo, que por vezes tem crescido.

"Tem que ter espaço para todos. Comunidades indígenas e quilombolas. Assentados e grandes produtores. O que não pode é ter conflito agrário. A paz no campo deve ser garantida e os legítimos responsáveis pelas terras precisam ter sua segurança garantida, para não se tornarem sujeitos a invasões", ressaltou, ainda, o governador.

**\*Celeridade e tecnologia\*** - Além desses elementos, a regularização fundiária elaborada de forma ordenada, com a participação de todos os agentes públicos e parceiros do campo empresarial garante outros pontos positivos. "É possível ter acesso a crédito, aos programas governamentais e às inovações tecnológicas, sem deixar de lado a conservação ambiental, tão debatida hoje em dia por quem pensa em uma produção sustentável para os seus estados", pontuou o diretor-presidente do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), Anderson Ferreira.



Uma ideia que tem ganhado bastante entusiastas e que foi colocada em debate é a da entrega dos títulos de propriedade em projetos de regularização fundiária no Maranhão por meio da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ/MA) com a interligação dos cartórios de registros de imóveis ao Iterma, otimizando e agilizando os projetos desenvolvidos pelo Judiciário maranhense, sem custos.

"A média de regularização fundiária, nos últimos governos, tem sido de 500 a 1500 títulos de terra por ano. Pretendemos avançar com um projeto maior, daqui para a frente, com o esforço conjunto de todas as entidades parceiras", planeja Brandão.

Para isso, o encontro deliberou a formação de grupos de trabalho que irão avançar em uma espécie de diagnóstico. A finalidade é apresentar propostas para a regularização fundiária nas áreas urbana e rural maranhenses, por meio de financiamento e acordos entre as diversas iniciativas, que atuam conjuntamente para a melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos no convívio com a terra, daqueles que vivem e produzem em solo maranhense.

## **Desembargador Paulo Velten recebe homenagem da Polícia Rodoviária Federal**

O superintendente da PRF no Maranhão, inspetor Jandir Lubenow, concedeu nesta segunda-feira (19) a Medalha Washington Luís ao procurador-geral de Justiça do Estado do Maranhão, dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e ao reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Carlos César Teixeira Ferreira, pelos relevantes serviços prestados à sociedade e à Polícia Rodoviária Federal.

Na última sexta-feira (16), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, também recebeu a medalha. No evento de abertura da Operação Rodovida e apresentação de entregas institucionais da PRF no Maranhão, realizado no dia 15, outras autoridades receberam a comenda.

Os agraciados com a medalha foram:

- Eduardo Salim Braide, prefeito municipal de São Luís
- Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão
- Desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
- General João Roberto Alvim Gobert Damasceno, comandante da 22ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro
- Procurador Luciano Aragão Santos, chefe da 16ª Procuradoria Regional do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho
- Procurador Eduardo Jorge Hiluy Nicolau - Procurador-Geral de Justiça do Maranhão
- Delegado Renato Madsen Arruda - Superintendente da Polícia Federal no Maranhão
- Carlos César Teixeira Ferreira - Reitor do IFMA
- Dr. Cleyton Ribeiro Junior - Consultor Jurídico da União da Advocacia-Geral da União no Maranhão
- Glauco Henrique Ferreira da Silva - Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Maranhão

Sobre a comenda - A Medalha Washington Luís é uma comenda da Polícia Rodoviária Federal a servidores de outras instituições públicas ou membros da sociedade civil, nacional ou estrangeira, que, pelos serviços prestados, tenham se tornado dignos de homenagem especial da PRF.

## **Mensagem de Natal e Fim de Ano do Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão**

Com a proximidade das festas de Natal e Fim de Ano, inicia-se um Novo Tempo. Tempo de renovar a fé e a esperança, de celebrar as conquistas, de refletir sobre a superação e o aprendizado adquirido no decorrer do ano e, a partir da experiência e do acúmulo de novas competências, preparar-se para um novo ciclo. Com a certeza do dever cumprido e o sentimento de gratidão, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, em mensagem especial de Fim de Ano, congratula magistrados e magistradas, servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras do Poder Judiciário do Maranhão, pelo êxito na promoção da efetividade da Justiça Estadual e na prestação de um serviço de qualidade à sociedade maranhense. Assista (abaixo) vídeo com mensagem especial do presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten: Agência TJMA de Notícias

## **Governo Brandão quer avançar na regularização fundiária...**

20/12/2022 Martin Varão

O governador Carlos Brandão coordenou, na tarde desta segunda-feira (19), no Palácio dos Leões, uma reunião de alinhamento que contou com a participação de diversas secretarias de Estado, representantes e membros do Poder Judiciário, municípios, Câmara de São Luís e da iniciativa privada. O encontro objetivou a elaboração de uma parceria institucional voltada para avanços na regularização fundiária no Maranhão.

O momento também foi essencial para a reflexão sobre a viabilidade de diversos mecanismos facilitadores para a regularização de territórios nacionais. Segundo Richard Torsiano, especialista internacional em Governança e Administração de Terras, há uma série de elementos que justificam a investida e interesse de destaque do Estado do Maranhão em gerenciar os processos de regularização fundiária em seus territórios urbano e rural.

“Há o interesse em se construir um projeto nacional para melhorar a gestão fundiária no país. E existem estados que são prioritários para produzir os seus projetos paralelos, por suas características, como é o caso do Maranhão. Pela quantidade de comunidades, biomas Amazônia e Cerrado, avanço da fronteira agrícola, potencial de energias renováveis”, explicou Torsiano, que também é consultor do Banco Mundial junto à Corregedoria-Geral da Justiça do Piauí (CGJ/PI).

Para Brandão, há grandes avanços nos últimos anos, nesse quesito, no território maranhense. E, para ele, a atuação das Corregedorias de Justiça tem sido relevante no processo de colaboração integrada. “O governo do Maranhão tem muita vontade de avançar na regularização fundiária em seu território. Vamos ampliar a relação com o governo federal e no fomento a financiamentos privados. Precisamos encontrar recursos. Onde houver espaço, iremos atrás”, garantiu.

A expansão do agronegócio no Brasil, sem o devido processo de ordenação territorial, tem ocasionado conflitos agrários envolvendo diversos atores. Outro mote defendido ao longo da reunião foi justamente sobre o avanço em políticas públicas que garantam segurança jurídica, combatendo a tensão no campo, que por vezes tem crescido.

“Tem que ter espaço para todos. Comunidades indígenas e quilombolas. Assentados e grandes produtores. O que não pode é ter conflito agrário. A paz no campo deve ser garantida e os legítimos responsáveis pelas terras precisam ter sua segurança garantida, para não se tornarem sujeitos a invasões. ”, ressaltou, ainda, o governador.

Além desses elementos, a regularização fundiária elaborada de forma ordenada, com a participação de todos os agentes públicos e parceiros do campo empresarial, garante outros pontos positivos.

“A média de regularização fundiária, nos últimos governos, tem sido de 500 a 1500 títulos de terra por ano. Pretendemos avançar com um projeto maior, daqui para a frente, com o esforço conjunto de todas as entidades parceiras”, esclarece Brandão.

Para isso, o encontro deliberou a formação de grupos de trabalho que irão avançar em uma espécie de diagnóstico. A finalidade é apresentar propostas para a regularização fundiária nas áreas urbana e rural maranhenses, por meio de financiamento e acordos entre as diversas iniciativas, que atuam conjuntamente para a melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos no convívio com a terra, daqueles que vivem e produzem em solo maranhense.

## **Poder Judiciário tem Recesso Forense entre 20 de dezembro e 6 de janeiro**

Rebelde Por Rebelde 19/12/2022

Poder Judiciário tem Recesso Forense entre 20 de dezembro e 6 de janeiro

A partir dessa terça-feira (20), se inicia o Recesso Forense do Poder Judiciário do Maranhão, que se estende até o dia 6 de janeiro de 2023, uma sexta-feira. Durante esse período, a Justiça Estadual funcionará em regime de plantão judicial.

O recesso de fim de ano é regulamentado pela Portaria GP nº 953/2017 e foi estabelecido pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão o regime de plantão.

O atendimento será feito através do telefone celular do plantão (98 98815-8344) e do seguinte e-mail: [plantao2grau@tjma.jus.br](mailto:plantao2grau@tjma.jus.br). O serviço funciona em regime de sobreaviso e, após o peticionamento, o advogado (a) deve entrar em contato com o(a) servidor(a) plantonista por telefone.

Somente serão apreciados no Plantão Judiciário de Segundo Grau os processos com pedidos de liminar e medidas de urgências protocolizados até 24h antes do início do plantão, cabendo aos relatores a apreciação dos feitos distribuídos antes daquele período.

Segundo a Portaria GP nº 1125/2022, durante o recesso forense, de 20 de dezembro de 2022 a 6 de janeiro de 2023, não haverá atendimento presencial nas dependências do Tribunal de Justiça do Maranhão e as demandas destinadas ao plantão judicial de Segundo Grau serão recebidas, exclusivamente, por intermédio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico(PJe).

Os recursos com pedidos de liminar e medidas urgentes protocolizadas no último dia útil antes do início do plantão, somente serão conclusos aos desembargadores plantonistas mediante expresse requerimento da parte interessada.

Na Comarca da Ilha, antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os(as) servidores(as) plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal) e (98) 98409-8825 (oficial de justiça do plantão criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Fonte: Tribunal de Justiça do Maranhão

## **Após decisão do TJ, Piancó marca para amanhã eleição que deve reeleger-lo para o sexto mandato consecutivo na Câmara de Arari**

O atual presidente da Câmara de Vereadores de Arari, Evando Piancó, marcou para a noite desta quarta-feira (21) a eleição da Mesa Diretora, que pode renovar o seu mandato pela sexta vez consecutiva. A eleição foi marcada após uma decisão do Tribunal de Justiça, autorizando a realização do processo com urgência.

A decisão, a pedidos dos advogados da Câmara Municipal, é do desembargador Kleber Costa Carvalho, que assinou ontem (19) uma liminar que derrubou uma decisão do juiz de Arari, dada em novembro, proibindo a realização da eleição e consequentemente a reeleição do atual presidente, Evando Piancó, pela sexta vez consecutiva (veja AQUI).

Na liminar, o magistrado chamou de 'escândalo constitucional' a decisão do juiz da cidade, João Paulo de Sousa, 'por não permitir a eleição de presidência do Poder Legislativo municipal durante um período incerto, interferindo absurdamente no constitucional exercício desse Poder'. Ao final, ele deferiu o pedido e determinou a realização do processo eleitoral, acrescentando que deverá ser feito de acordo com entendimentos recentes do Supremo Tribunal Federal.

Apesar da decisão não deixar claro a possibilidade ou não de Evando Piancó concorrer ao pleito, o vereador é candidato, conta com o apoio do atual prefeito, Rui Filho, e, como o blog antecipou em novembro, tem maioria para derrotar seu principal concorrente, o vereador Marcelo Aracenter (veja AQUI).

A eleição está marcada para iniciar às 18 horas, no plenário da casa.

## **Governo Brandão avança em projetos para a regularização fundiária no estado**

O governador Carlos Brandão coordenou, na tarde desta segunda-feira (19), no Palácio dos Leões, uma reunião de alinhamento que contou com a participação de diversas secretarias de Estado, representantes e membros do Poder Judiciário, municípios, Câmara de São Luís e da iniciativa privada. O encontro objetivou a elaboração de uma parceria institucional voltada para avanços na regularização fundiária no Maranhão.

O momento também foi essencial para a reflexão sobre a viabilidade de diversos mecanismos facilitadores para a regularização de territórios nacionais. Segundo Richard Torsiano, especialista internacional em Governança e Administração de Terras, há uma série de elementos que justificam a investida e interesse de destaque do Estado do Maranhão em gerenciar os processos de regularização fundiária em seus territórios urbano e rural.

“Há o interesse em se construir um projeto nacional para melhorar a gestão fundiária no país. E existem estados que são prioritários para produzir os seus projetos paralelos, por suas características, como é o caso do Maranhão. Pela quantidade de comunidades, biomas Amazônia e Cerrado, avanço da fronteira agrícola, potencial de energias renováveis”, explicou Torsiano, que também é consultor do Banco Mundial junto à Corregedoria-Geral da Justiça do Piauí (CGJ/PI).

Para Brandão, há grandes avanços nos últimos anos, nesse quesito, no território maranhense. E, para ele, a atuação das Corregedorias de Justiça tem sido relevante no processo de colaboração integrada. “O governo do Maranhão tem muita vontade de avançar na regularização fundiária em seu território. Vamos ampliar a relação com o governo federal e no fomento a financiamentos privados. Precisamos encontrar recursos. Onde houver espaço, iremos atrás”, garantiu.

### **Desenvolvimento e preservação dos povos e comunidades tradicionais**

A expansão do agronegócio no Brasil, sem o devido processo de ordenação territorial, tem ocasionado conflitos agrários envolvendo diversos atores. Outro mote defendido ao longo da reunião foi justamente sobre o avanço em políticas públicas que garantam segurança jurídica, combatendo a tensão no campo, que por vezes tem crescido.

“Tem que ter espaço para todos. Comunidades indígenas e quilombolas. Assentados e grandes produtores. O que não pode é ter conflito agrário. A paz no campo deve ser garantida e os legítimos responsáveis pelas terras precisam ter sua segurança garantida, para não se tornarem sujeitos a invasões”, ressaltou, ainda, o governador.

### **Celeridade e tecnologia**

Além desses elementos, a regularização fundiária elaborada de forma ordenada, com a participação de todos os agentes públicos e parceiros do campo empresarial, garante outros pontos positivos. “É possível ter acesso a crédito, aos programas governamentais e às inovações tecnológicas, sem deixar de lado a conservação



ambiental, tão debatida hoje em dia por quem pensa em uma produção sustentável para os seus estados”, pontuou o diretor-presidente do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), Anderson Ferreira.

Uma ideia que tem ganhado bastante entusiastas e que foi colocada em debate é a da entrega dos títulos de propriedade em projetos de regularização fundiária no Maranhão por meio da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ/MA) com a interligação dos cartórios de registros de imóveis ao Iterma, otimizando e agilizando os projetos desenvolvidos pelo Judiciário maranhense, sem custos.

“A média de regularização fundiária, nos últimos governos, tem sido de 500 a 1500 títulos de terra por ano. Pretendemos avançar com um projeto maior, daqui para a frente, com o esforço conjunto de todas as entidades parceiras”, esclarece Brandão.

Para isso, o encontro deliberou a formação de grupos de trabalho que irão avançar em uma espécie de diagnóstico. A finalidade é apresentar propostas para a regularização fundiária nas áreas urbana e rural maranhenses, por meio de financiamento e acordos entres as diversas iniciativas, que atuam conjuntamente para a melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos no convívio com a terra, daqueles que vivem e produzem em solo maranhense.

A reunião contou com a presença de representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Ministério Público do Maranhão (MPMA), Defensoria Pública, prefeituras municipais, Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Urbano (Secid) e do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), que vão atuar para garantir mais segurança jurídica e políticas públicas a pequenos, grandes e médios produtores das zonas rural e urbana do estado.

## **Recesso forense do Poder Judiciário acontece entre 20 de dezembro e 6 de janeiro**

Card com bordas Azul escuro e dentro azul claro, em cima uma ampulheta, logo abaixo escrito à esquerda na cor amarela a palavra recesso e de branco a palavra Forense. A data de 20/12/22 a 6/1/23 de amarelo. Abaixo logomarca do TJMA e Corregedoria Geral da Justiça. Do lado direito, informações de amarelo e os telefones de branco.

Durante esse período, a Justiça Estadual funcionará em regime de plantão judicial  
foto/divulgação: Carlos E. Sales

O Recesso Forense do Poder Judiciário do Maranhão tem início nesta terça-feira, 20 de dezembro de 2022, e se estende até o dia 6 de janeiro de 2023, sexta-feira.

Durante esse período, a Justiça Estadual funcionará em regime de plantão judicial.

O recesso de fim de ano é regulamentado pela Portaria GP nº 953/2017. O regime de plantão é estabelecido pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O atendimento será feito através do telefone celular do plantão (98 98815-8344) e do seguinte e-mail: [plantaograu@tjma.jus.br](mailto:plantaograu@tjma.jus.br). O serviço funciona em regime de sobreaviso e, após o peticionamento, o advogado (a) deve entrar em contato com o(a) servidor(a) plantonista por telefone.

Somente serão apreciados no Plantão Judiciário de Segundo Grau os processos com pedidos de liminar e medidas de urgências protocolizados até 24h antes do início do plantão, cabendo aos relatores a apreciação dos feitos distribuídos antes daquele período.

Segundo a Portaria GP nº 1125/2022, durante o recesso forense, de 20 de dezembro de 2022 a 6 de janeiro de 2023, não haverá atendimento presencial nas dependências do Tribunal de Justiça do Maranhão e as demandas destinadas ao plantão judicial de Segundo Grau serão recebidas, exclusivamente, por intermédio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico(PJe).

Os recursos com pedidos de liminar e medidas urgentes protocolizadas no último dia útil antes do início do plantão, somente serão conclusos aos desembargadores plantonistas mediante expresse requerimento da parte interessada.

### **PLANTONISTAS DO SEGUNDO GRAU**

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Sergio Velten Pereira, assumirá o plantão do dia 20 ao dia 24 de dezembro.

Já no período de 25 a 28 de dezembro, o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, corregedor-geral da

Justiça é quem responderá pelas demandas urgentes de 2º Grau.

De 29 de dezembro de 2022 a 1º de janeiro de 2023, o desembargador Marcelino Chaves Everton, 2º Vice-Presidente é o plantonista de 2º Grau.

E finalizando o plantão judicial do recesso forense, o desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe, 1º Vice-Presidente, responderá do dia 2 a 6 de janeiro de 2023.

Vale ressaltar que o peticionamento durante o plantão judicial destina-se exclusivamente ao processamento e à apreciação de medidas urgentes e a outras necessidades relativas a serviços inadiáveis, na forma do art. 1º da Resolução nº 71/2009 do Conselho Nacional de Justiça, e, do Art. 19 do Regimento Interno do TJMA.

#### PLANTÃO DA COMARCA DA ILHA

De terça-feira (20) até quinta-feira (22/12), respondem pelos plantões cível e criminal, respectivamente, os juízes Francisco Soares Reis Júnior (Auxiliar de Entrância Final) e Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula (2ª Vara de Paço do Lumiar).

De 23 a 25 de dezembro de 2022, o plantonista cível será o juiz Marcelo José Amado Libério (Juizado Especial da Fazenda Pública de São Luís), já a juíza Ana Cristina Ferreira Gomes de Araújo (4ª Vara Criminal de São Luís) será a plantonista criminal.

No período de 26 a 28 de dezembro, a magistrada Nirvana Mourão Barroso (Auxiliar de Entrância Final) será a plantonista cível e o magistrado Fernando Jorge Pereira (Auxiliar de Entrância Final) será o plantonista criminal.

De 29 a 31 de dezembro, os responsáveis pelos plantões cível e criminal serão, respectivamente, os juízes Roberto Abreu Soares (7ª Vara da Fazenda Pública de São Luís - 1º cargo) e Reinaldo de Jesus Araújo (8ª Vara Criminal de São Luís).

De 1 a 3/1/2023, respondem pelos plantões cível e criminal os juízes Manoel Matos de Araújo Chaves (10ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) e Edimar Fernando Mendonça de Sousa (2ª Vara de Execuções Penais de São Luís).

De 4 a 6/1/2023, o plantão cível fica sob a responsabilidade da juíza Alice Prazeres Rodrigues (16ª Vara Cível de São Luís). Pelo plantão criminal quem vai responder será a magistrada Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues (Termo Judiciário de Raposa).

Na Comarca da Ilha, antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os(as) servidores(as) plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal) e (98) 98409-8825 (oficial de justiça do plantão criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

## **Governo Brandão avança em projetos para a regularização fundiária no estado**

O governador Carlos Brandão coordenou, na tarde desta segunda-feira (19), no Palácio dos Leões, uma reunião de alinhamento que contou com a participação de diversas secretarias de Estado, representantes e membros do Poder Judiciário, municípios, Câmara de São Luís e da iniciativa privada. O encontro objetivou a elaboração de uma parceria institucional voltada para avanços na regularização fundiária no Maranhão.

O momento também foi essencial para a reflexão sobre a viabilidade de diversos mecanismos facilitadores para a regularização de territórios nacionais. Segundo Richard Torsiano, especialista internacional em Governança e Administração de Terras, há uma série de elementos que justificam a investida e interesse de destaque do Estado do Maranhão em gerenciar os processos de regularização fundiária em seus territórios urbano e rural.

“Há o interesse em se construir um projeto nacional para melhorar a gestão fundiária no país. E existem estados que são prioritários para produzir os seus projetos paralelos, por suas características, como é o caso do Maranhão. Pela quantidade de comunidades, biomas Amazônia e Cerrado, avanço da fronteira agrícola, potencial de energias renováveis”, explicou Torsiano, que também é consultor do Banco Mundial junto à Corregedoria-Geral da Justiça do Piauí (CGJ/PI).

Para Brandão, há grandes avanços nos últimos anos, nesse quesito, no território maranhense. E, para ele, a atuação das Corregedorias de Justiça tem sido relevante no processo de colaboração integrada. “O governo do Maranhão tem muita vontade de avançar na regularização fundiária em seu território. Vamos ampliar a relação com o governo federal e no fomento a financiamentos privados. Precisamos encontrar recursos. Onde houver espaço, iremos atrás”, garantiu.

### **Desenvolvimento e preservação dos povos e comunidades tradicionais**

A expansão do agronegócio no Brasil, sem o devido processo de ordenação territorial, tem ocasionado conflitos agrários envolvendo diversos atores. Outro mote defendido ao longo da reunião foi justamente sobre o avanço em políticas públicas que garantam segurança jurídica, combatendo a tensão no campo, que por vezes tem crescido.

“Tem que ter espaço para todos. Comunidades indígenas e quilombolas. Assentados e grandes produtores. O que não pode é ter conflito agrário. A paz no campo deve ser garantida e os legítimos responsáveis pelas terras precisam ter sua segurança garantida, para não se tornarem sujeitos a invasões”, ressaltou, ainda, o governador.

### **Celeridade e tecnologia**

Além desses elementos, a regularização fundiária elaborada de forma ordenada, com a participação de todos os agentes públicos e parceiros do campo empresarial, garante outros pontos positivos. “É possível ter acesso a crédito, aos programas governamentais e às inovações tecnológicas, sem deixar de lado a conservação

ambiental, tão debatida hoje em dia por quem pensa em uma produção sustentável para os seus estados”, pontuou o diretor-presidente do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), Anderson Ferreira.

Uma ideia que tem ganhado bastante entusiastas e que foi colocada em debate é a da entrega dos títulos de propriedade em projetos de regularização fundiária no Maranhão por meio da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ/MA) com a interligação dos cartórios de registros de imóveis ao Iterma, otimizando e agilizando os projetos desenvolvidos pelo Judiciário maranhense, sem custos.

“A média de regularização fundiária, nos últimos governos, tem sido de 500 a 1500 títulos de terra por ano. Pretendemos avançar com um projeto maior, daqui para a frente, com o esforço conjunto de todas as entidades parceiras”, esclarece Brandão.

Para isso, o encontro deliberou a formação de grupos de trabalho que irão avançar em uma espécie de diagnóstico. A finalidade é apresentar propostas para a regularização fundiária nas áreas urbana e rural maranhenses, por meio de financiamento e acordos entres as diversas iniciativas, que atuam conjuntamente para a melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos no convívio com a terra, daqueles que vivem e produzem em solo maranhense.

A reunião contou com a presença de representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Ministério Público do Maranhão (MPMA), Defensoria Pública, prefeituras municipais, Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Urbano (Secid) e do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), que vão atuar para garantir mais segurança jurídica e políticas públicas a pequenos, grandes e médios produtores das zonas rural e urbana do estado.

## **Gestor de Saúde da Regional Pinheiro, Janderson Gusmão, é agraciado com a Medalha Brigadeiro Falcão**

20 de dezembro de 2022 / 01h 04

Senhor Janderson Gonçalves Gusmão ocupante do cargo de Gestor da Regional de Saúde do Estado do Maranhão, Regional de Pinheiro na Baixada Maranhense, foi agraciado com a Medalha Brigadeiro Falcão sendo esta, a maior honraria da Polícia Militar do Maranhão, concedida a oficiais, praças, civis e militares, que tenham se destacado na vida pública, e por quaisquer atos, cooperado ou prestado à Corporação serviços considerados de excepcional relevância (decreto nº 6927 de 21 de setembro de 1978)

A participação na solenidade aconteceu no dia 19 de dezembro de 2022, às 18:00 horas, na Igreja Batista do Angelim em São Luís Maranhão.

Esteve presente o Excelentíssimo Governador Carlos Brandão; Secretário de Segurança sr. Silvio Leite; Cel QOPM Emerson Bezerra, além de outras importantes autoridades, deputados estaduais secretários de Estado, Poder Judiciário e demais auxiliares do governo.

“Estou extremamente grato e radiante de orgulho em receber uma das mais altas comendas da Polícia Militar do Maranhão, a medalha Brigadeiro Falcão, concedida a oficiais, praças, civis e militares. Agradeço a Deus por tudo, a minha família, ao Governo do MA, Polícia Militar e ao Tenente- Coronel Robson Claudio M. Silva Chefe do Estado maior do comando de policiamento do interior CPAI - 5” disse Janderson Gusmão.

## **Atraso injustificado na entrega de imóvel resulta em danos morais, decide TJMA**

O órgão colegiado do Tribunal votou de forma favorável, nesta parte do pedido da apelante

Por Redação

Publicado em 19 de dezembro de 2022 às 17:23

...

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão condenou a Living Panama Empreendimentos Imobiliários e a Cyrela Brazil Realty s/a Empreendimentos e Participações ao pagamento de R\$ 8 mil, por danos morais, a uma consumidora, em razão de atraso na entrega de imóvel. O órgão colegiado do Tribunal votou de forma favorável, nesta parte do pedido da apelante, adequou o período de pagamento de aluguel a ser feito pelas empresas, mas manteve outras determinações da sentença de 1º grau. Ainda cabe recurso.

Este foi um dos quase oito mil processos julgados pela 5ª Câmara Cível no ano de 2022. Antes do início da sessão, o presidente do órgão, desembargador José de Ribamar Castro, anunciou que a câmara havia julgado 356 processos por videoconferência/presencial e 7.628 processos pela plataforma virtual (sessão virtual), totalizando 7.984 processos julgados, em 78 sessões realizadas ao longo do ano.

No processo citado, os desembargadores consideraram que o TJMA e suas respectivas Câmaras Cíveis têm reconhecido que o atraso injustificado na entrega do imóvel para moradia, em especial decorrente de programas sociais, como no caso dos autos, afigura-se hipótese de exceção à regra, segundo a qual a mera quebra de um contrato ou o mero descumprimento contratual não gera dano moral.

O entendimento é que, neste caso, fica reconhecido como violado o direito fundamental à moradia, que atinge a expectativa legítima da apelante em residir em casa própria, com abalos emocionais a direitos personalíssimos, pois envolvem direta ou indiretamente a dignidade da pessoa humana.

### **APELO**

A consumidora apelou ao Tribunal, insatisfeita com a sentença de primeira instância, que julgou parcialmente procedentes os pedidos feitos, para reconhecer a extrapolação do prazo de entrega do imóvel superior a 180 dias e, conseqüentemente, a condenação em danos materiais na modalidade de lucros cessantes, correspondente ao valor do aluguel mensal, no percentual de 0,5% do valor do imóvel, julgando improcedentes os demais pedidos.

A apelante requereu a condenação do Banco do Brasil de forma solidária; o congelamento do saldo devedor pelo período de atraso na entrega do imóvel; a condenação em danos morais e a majoração dos honorários advocatícios para 20%.

## VOTO

Na parte do pedido de condenação do banco de forma solidária, o desembargador Raimundo Barros, relator da apelação, verificou nos autos que, da decisão de 1º grau que excluiu o Banco do Brasil do polo passivo da demanda, não houve a interposição de recurso próprio, agravo de Instrumento, e não conheceu do recurso em relação a esse ponto, citando decisões análogas de tribunais de justiça.

Em relação aos demais pedidos, o desembargador lembrou que a autora da ação adquiriu junto às apeladas um apartamento e bens comuns do empreendimento imobiliário situado na Estrada de Ribamar. Ressaltou que a apelante alegou atraso na entrega da imóvel, vícios estruturais na obra e outros problemas.

Acrescentou que a consumidora requereu a aplicação do reajuste do saldo devedor até a data devida para a entrega do bem (novembro/2012), com devolução do valor em favor da autora; a condenação das requeridas ao pagamento de reparação dos lucros cessantes; danos morais, além de substituições de equipamentos, serviços e correções na obra.

A sentença de 1º grau deu procedência parcial para condenar as empresas ao pagamento de um aluguel por mês de atraso, em relação ao imóvel objeto, a contar de junho/2013 até julho/2013, a título de lucros cessantes; reconheceu a prescrição em relação ao pedido de devolução em dobro do valor relativo à taxa de corretagem e julgou improcedentes os demais pedidos, visto que a autora aderiu ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado junto à Promotoria de Defesa do Consumidor.

Em relação aos pedidos de obrigação de fazer em relação aos vícios de construção e ausência de áreas comuns, e respectivos danos material e moral por estes fatos, o relator entendeu que houve prejudicialidade dos pedidos, uma vez que inexistente o interesse processual em relação a estes, em razão do acordo extrajudicial firmado entre as partes.

O desembargador adequou a sentença de 1º grau para condenar as duas empresas ao pagamento de aluguel por mês de atraso, em relação ao imóvel, a contar de janeiro de 2013 até julho de 2013, a título de lucros cessantes, tendo como parâmetro o valor do aluguel mensal do imóvel sob discussão, que fixou em 0,5% sobre o valor do imóvel no contrato, corrigido com juros e correção monetária.

No que tange aos danos morais, entendeu que o TAC referiu-se aos danos materiais e morais advindos dos problemas apresentados em relação às áreas comuns e aos vícios de construção.

Acrescentou que, presentes o ato ilícito (não entrega do imóvel), nexo causal (atraso injustificado) e dano moral (abalo pela frustração da fruição da casa própria) deve-se reconhecer a procedência do pedido de dano moral. Com base em precedentes de casos semelhantes, entendeu que o valor de R\$ 8 mil de indenização por danos morais, com correção monetária, é o adequado para ressarcimento do abalo sofrido.

Os desembargadores José de Ribamar Castro e Raimundo Bogéa também votaram pelo provimento parcial do apelo da consumidora.



## **Recesso forense do Poder Judiciário acontece entre 20 de dezembro e 6 de janeiro**

Durante esse período, a Justiça Estadual funcionará em regime de plantão judicial

Por Redação

Publicado em 19 de dezembro de 2022 às 17:18

...

O Recesso Forense do Poder Judiciário do Maranhão tem início nesta terça-feira, 20 de dezembro de 2022, e se estende até o dia 6 de janeiro de 2023, sexta-feira.

Durante esse período, a Justiça Estadual funcionará em regime de plantão judicial.

O recesso de fim de ano é regulamentado pela Portaria GP nº 953/2017. O regime de plantão é estabelecido pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O atendimento será feito através do telefone celular do plantão (98 98815-8344) e do seguinte e-mail: [plantaos2grau@tjma.jus.br](mailto:plantaos2grau@tjma.jus.br). O serviço funciona em regime de sobreaviso e, após o peticionamento, o advogado (a) deve entrar em contato com o(a) servidor(a) plantonista por telefone.

Somente serão apreciados no Plantão Judiciário de Segundo Grau os processos com pedidos de liminar e medidas de urgências protocolizados até 24h antes do início do plantão, cabendo aos relatores a apreciação dos feitos distribuídos antes daquele período.

Segundo a Portaria GP nº 1125/2022, durante o recesso forense, de 20 de dezembro de 2022 a 6 de janeiro de 2023, não haverá atendimento presencial nas dependências do Tribunal de Justiça do Maranhão e as demandas destinadas ao plantão judicial de Segundo Grau serão recebidas, exclusivamente, por intermédio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico(PJe).

Os recursos com pedidos de liminar e medidas urgentes protocolizadas no último dia útil antes do início do plantão, somente serão conclusos aos desembargadores plantonistas mediante expresse requerimento da parte interessada.

### **PLANTONISTAS DO SEGUNDO GRAU**

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Sergio Velten Pereira, assumirá o plantão do dia 20 ao dia 24 de dezembro.

Já no período de 25 a 28 de dezembro, o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, corregedor-geral da Justiça é quem responderá pelas demandas urgentes de 2º Grau.

De 29 de dezembro de 2022 a 1º de janeiro de 2023, o desembargador Marcelino Chaves Everton, 2º Vice-Presidente é o plantonista de 2º Grau.

E finalizando o plantão judicial do recesso forense, o desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe, 1º Vice-Presidente, responderá do dia 2 a 6 de janeiro de 2023.

Vale ressaltar que o peticionamento durante o plantão judicial destina-se exclusivamente ao processamento e à apreciação de medidas urgentes e a outras necessidades relativas a serviços inadiáveis, na forma do art. 1º da Resolução nº 71/2009 do Conselho Nacional de Justiça, e, do Art. 19 do Regimento Interno do TJMA.

#### PLANTÃO DA COMARCA DA ILHA

De terça-feira (20) até quinta-feira (22/12), respondem pelos plantões cível e criminal, respectivamente, os juízes Francisco Soares Reis Júnior (Auxiliar de Entrância Final) e Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula (2ª Vara de Paço do Lumiar).

De 23 a 25 de dezembro de 2022, o plantonista cível será o juiz Marcelo José Amado Libério (Juizado Especial da Fazenda Pública de São Luís), já a juíza Ana Cristina Ferreira Gomes de Araújo (4ª Vara Criminal de São Luís) será a plantonista criminal.

No período de 26 a 28 de dezembro, a magistrada Nirvana Mourão Barroso (Auxiliar de Entrância Final) será a plantonista cível e o magistrado Fernando Jorge Pereira (Auxiliar de Entrância Final) será o plantonista criminal.

De 29 a 31 de dezembro, os responsáveis pelos plantões cível e criminal serão, respectivamente, os juízes Roberto Abreu Soares (7ª Vara da Fazenda Pública de São Luís - 1º cargo) e Reinaldo de Jesus Araújo (8ª Vara Criminal de São Luís).

De 1 a 3/1/2023, respondem pelos plantões cível e criminal os juízes Manoel Matos de Araújo Chaves (10ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) e Edimar Fernando Mendonça de Sousa (2ª Vara de Execuções Penais de São Luís).

De 4 a 6/1/2023, o plantão cível fica sob a responsabilidade da juíza Alice Prazeres Rodrigues (16ª Vara Cível de São Luís). Pelo plantão criminal quem vai responder será a magistrada Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues (Termo Judiciário de Raposa).

Na Comarca da Ilha, antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os(as) servidores(as) plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal) e (98) 98409-8825 (oficial de justiça do plantão criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

## Feriado de Natal: veja o que abre e fecha em São Luís

Nesta domingo (25) alguns serviços essenciais e não essenciais devem ter alteração no horário de funcionamento em São Luís.

Por g1 MA — São Luís

20/12/2022 11h24 Atualizado há uma hora

SÃO LUÍS (MA) - Algumas poucas pessoas ainda circulavam na Rua Grande, principal centro de comércio de São Luís, na manhã desta terça-feira (12). — Foto: Adriano Soares/Grupo Mirante

SÃO LUÍS (MA) - Algumas poucas pessoas ainda circulavam na Rua Grande, principal centro de comércio de São Luís, na manhã desta terça-feira (12). — Foto: Adriano Soares/Grupo Mirante

Por conta do feriado de Natal, celebrado neste domingo (25), alguns serviços essenciais e não essenciais devem ter alteração no horário de funcionamento em São Luís.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O g1 listou as principais mudanças. Confira:

### Saúde

Os serviços de urgências e emergências das unidades de Pronto - Atendimento (UPA), do Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I) e Dr. Clementino Moura (Socorrão II), unidades mistas continuam atendendo a população normalmente.

### Tribunal de Justiça

O Recesso Forense do Poder Judiciário do Maranhão tem início nesta terça-feira, 20 de dezembro de 2022, e se estende até o dia 6 de janeiro de 2023, sexta-feira. Durante esse período, a Justiça Estadual funcionará em regime de plantão judicial. O atendimento será feito através do telefone celular do plantão (98 98815-8344) e do seguinte e-mail: [planta02grau@tjma.jus.br](mailto:planta02grau@tjma.jus.br). O serviço funciona em regime de sobreaviso e, após o peticionamento, o advogado (a) deve entrar em contato com o(a) servidor(a) plantonista por telefone.

Somente serão apreciados no Plantão Judiciário de Segundo Grau os processos com pedidos de liminar e medidas de urgências protocolizados até 24h antes do início do plantão, cabendo aos relatores a apreciação dos feitos distribuídos antes daquele período.

### Bancos

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), não haverá expediente bancário neste domingo (25), dia em que se comemora o Natal. Ainda assim, áreas de autoatendimento ficarão disponíveis para os clientes, assim como canais digitais e remotos de atendimento, como internet e mobile banking. Contas de consumo (água, energia, telefone, etc.) e carnês podem ser pagas, sem acréscimo, na segunda-feira (26).

A Febraban informa também que na sexta-feira (23), as agências bancárias terão expediente normal tanto para atendimento ao público quanto para a realização de todas as operações bancárias solicitadas pelos clientes.

Dessa forma, os bancos não funcionarão nos dias 24 e 25 de dezembro.

### Correios

Na véspera do feriado de Natal (dia 24), haverá expediente nas agências que funcionam aos sábados. No site ou app dos Correios, é possível consultar os endereços e horários de funcionamento das agências, incluindo aquelas que atendem aos sábados. A Central de Atendimento dos Correios (CAC) funcionará normalmente no dia 24/12, das 8h às 14h.

### Shoppings

#### Tropical Shopping:

Lojas e quiosques: Fechado

Praça de alimentação: Fechado

#### Shopping da Ilha:

Lojas e quiosques: Fechado

Praça de alimentação: 12h às 22h

Lojas Americanas: Fechado

Supermercados: Fechado

VIVA: Fechado

#### Rio Anil Shopping:

Lojas e quiosques: Fechado

Praça de alimentação: 12h às 22h

Lojas Americanas: Fechado

Supermercados: Fechado

#### São Luís Shopping:

Lojas e quiosques: Fechado

Praça de alimentação: 12h às 22h

Lojas Americanas: Fechado

Supermercados: Fechado

### Equatorial Energia

A Equatorial Maranhão, concessionária de energia no Estado, informa que os postos de coleta do E+ Reciclagem e agências de atendimento presencial não funcionam no sábado (24) e domingo (25). O atendimento presencial retorna na segunda-feira (26).

Entretanto, a empresa oferece os canais de atendimento online e por telefone, caso seja necessário algum atendimento. Em caso de falta de energia, a população pode entrar em contato pelo WhatsApp, por meio do contato (98) 2055-0116, pelo site [www.equatorialenergia.com.br](http://www.equatorialenergia.com.br) e a Central 116 também estarão disponíveis, 24 horas.

## **Recesso forense do Poder Judiciário tem início nesta terça-feira (20) e segue até 6 de janeiro no Maranhão**

Durante esse período, a Justiça Estadual funcionará em regime de plantão judicial.  
Divulgação / TJ-MA

19/12/2022 às 16h44 - Atualizada em 19/12/2022 às 18h01

Sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), no Centro Histórico de São Luís.

Sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), no Centro Histórico de São Luís. (Foto: Reprodução)

SÃO LUÍS - O Recesso Forense do Poder Judiciário do Maranhão tem início nesta terça-feira, 20 de dezembro de 2022, e se estende até o dia 6 de janeiro de 2023, sexta-feira.

Durante esse período, a Justiça Estadual funcionará em regime de plantão judicial.

O recesso de fim de ano é regulamentado pela Portaria GP nº 953/2017. O regime de plantão é estabelecido pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O atendimento será feito através do telefone celular do plantão (98 98815-8344) e do seguinte e-mail: [plantaos2grau@tjma.jus.br](mailto:plantaos2grau@tjma.jus.br). O serviço funciona em regime de sobreaviso e, após o peticionamento, o advogado (a) deve entrar em contato com o(a) servidor(a) plantonista por telefone.

Somente serão apreciados no Plantão Judiciário de Segundo Grau os processos com pedidos de liminar e medidas de urgências protocolizados até 24h antes do início do plantão, cabendo aos relatores a apreciação dos feitos distribuídos antes daquele período.

Segundo a Portaria GP nº 1125/2022, durante o recesso forense, de 20 de dezembro de 2022 a 6 de janeiro de 2023, não haverá atendimento presencial nas dependências do Tribunal de Justiça do Maranhão e as demandas destinadas ao plantão judicial de Segundo Grau serão recebidas, exclusivamente, por intermédio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico(PJe).

Os recursos com pedidos de liminar e medidas urgentes protocolizadas no último dia útil antes do início do plantão, somente serão conclusos aos desembargadores plantonistas mediante expresse requerimento da parte interessada.

Plantonistas do Segundo Grau

O presidente do TJ-MA, desembargador Paulo Sergio Velten Pereira, assumirá o plantão do dia 20 ao dia 24 de dezembro.

Já no período de 25 a 28 de dezembro, o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, corregedor-geral da Justiça, é quem responderá pelas demandas urgentes de 2º Grau.

De 29 de dezembro de 2022 a 1º de janeiro de 2023, o desembargador Marcelino Chaves Everton, 2º Vice-Presidente é o plantonista de 2º Grau.

E finalizando o plantão judicial do recesso forense, o desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe, 1º Vice-Presidente, responderá do dia 2 a 6 de janeiro de 2023.

Vale ressaltar que o peticionamento durante o plantão judicial destina-se exclusivamente ao processamento e à apreciação de medidas urgentes e a outras necessidades relativas a serviços inadiáveis, na forma do art. 1º da Resolução nº 71/2009 do Conselho Nacional de Justiça, e, do Art. 19 do Regimento Interno do TJ-MA.

#### Plantão da Comarca da Ilha

De terça-feira (20) até quinta-feira (22/12), respondem pelos plantões cível e criminal, respectivamente, os juízes Francisco Soares Reis Júnior (Auxiliar de Entrância Final) e Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula (2ª Vara de Paço do Lumiar).

De 23 a 25 de dezembro de 2022, o plantonista cível será o juiz Marcelo José Amado Libério (Juizado Especial da Fazenda Pública de São Luís), já a juíza Ana Cristina Ferreira Gomes de Araújo (4ª Vara Criminal de São Luís) será a plantonista criminal.

No período de 26 a 28 de dezembro, a magistrada Nirvana Mourão Barroso (Auxiliar de Entrância Final) será a plantonista cível e o magistrado Fernando Jorge Pereira (Auxiliar de Entrância Final) será o plantonista criminal.

De 29 a 31 de dezembro, os responsáveis pelos plantões cível e criminal serão, respectivamente, os juízes Roberto Abreu Soares (7ª Vara da Fazenda Pública de São Luís - 1º cargo) e Reinaldo de Jesus Araújo (8ª Vara Criminal de São Luís).

De 1 a 3/1/2023, respondem pelos plantões cível e criminal os juízes Manoel Matos de Araújo Chaves (10ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) e Edimar Fernando Mendonça de Sousa (2ª Vara de Execuções Penais de São Luís).

De 4 a 6/1/2023, o plantão cível fica sob a responsabilidade da juíza Alice Prazeres Rodrigues (16ª Vara Cível de São Luís). Pelo plantão criminal quem vai responder será a magistrada Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues (Termo Judiciário de Raposa).

Na Comarca da Ilha, antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os(as) servidores(as) plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal) e (98) 98409-8825 (oficial de justiça do plantão criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

## **PERGENTINO HOLANDA - Reunião nos "Leões"**

Na tarde de ontem, no Palácio dos Leões, o governador Carlos Brandão coordenou reunião de alinhamento com a participação de diversas secretarias de Estado, representantes e membros do Poder Judiciário, municípios, Câmara de São Luís e da iniciativa privada.

## **Visitação ao Museu do TJ-MA fica suspensa durante recesso do Judiciário**

Novos agendamentos poderão ser feitos a partir de 9 de janeiro de 2023.  
Na Mira, com informações do TJ-MA

20/12/2022 às 09h25

O museu fica localizado no Solar dos Veras, anexo ao Centro Administrativo do TJ-MA. O museu fica localizado no Solar dos Veras, anexo ao Centro Administrativo do TJ-MA. (Foto: Divulgação/Ribamar Pinheiro)

SÃO LUÍS - A visitação ao Museu “Desembargador Lauro de Berredo Martins”, do Tribunal de Justiça do Maranhão, ficará suspensa até 6 de janeiro de 2023, dia em que terminará o recesso do Judiciário estadual.

A partir do dia 9 de janeiro de 2023, uma segunda-feira, novos agendamentos para visitas externas poderão ser feitos pelo e-mail [museutjma@tjma.jus.br](mailto:museutjma@tjma.jus.br) e pelo telefone (98) 3261-6160.

O museu da terceira mais antiga Corte brasileira - instalada em 4 de novembro de 1813 - foi inaugurado no dia 21 de setembro de 2021 e fica localizado no Solar dos Veras, anexo ao Centro Administrativo do TJ-MA, no antigo prédio da Assembleia Legislativa, na rua do Egito, Centro, São Luís.

O acervo conta com documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como jornais, fotos diversas - inclusive de várias mudanças por que passou o Tribunal -, móveis, selos, medalhas, máquinas de escrever, livros e outras publicações - algumas anteriores à própria existência do TJ-MA.



## **PRF concede Medalha Washington Luís a autoridades que atuam no Maranhão**

Publicado em 20/12/2022 às 05:31

Por: Isisnaldo Lopes

O superintendente da PRF no Maranhão, inspetor Jandir Lubenow, concedeu na última segunda-feira (19) a Medalha Washington Luís ao procurador-geral de Justiça do Estado do Maranhão, dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e ao reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Carlos César Teixeira Ferreira, pelos relevantes serviços prestados à sociedade e à Polícia Rodoviária Federal.

Na última sexta-feira (16), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, também recebeu a medalha. No evento de abertura da Operação Rodovida e apresentação de entregas institucionais da PRF no Maranhão, realizado no dia 15, outras autoridades receberam a comenda.

Os agraciados com a medalha foram:

- Eduardo Salim Braide, prefeito municipal de São Luís
- Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão
- Desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
- General João Roberto Alvim Gobert Damasceno, comandante da 22<sup>º</sup> Brigada de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro
- Procurador Luciano Aragão Santos, chefe da 16<sup>ª</sup> Procuradoria Regional do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho
- Procurador Eduardo Jorge Hiluy Nicolau - Procurador-Geral de Justiça do Maranhão
- Delegado Renato Madsen Arruda - Superintendente da Polícia Federal no Maranhão
- Carlos César Teixeira Ferreira - Reitor do IFMA
- Dr. Cleyton Ribeiro Junior - Consultor Jurídico da União da Advocacia-Geral da União no Maranhão
- Glauco Henrique Ferreira da Silva - Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Maranhão

Sobre a comenda - A Medalha Washington Luís é uma comenda da Polícia Rodoviária Federal a servidores de outras instituições públicas ou membros da sociedade civil, nacional ou estrangeira, que, pelos serviços prestados, tenham se tornado dignos de homenagem especial da PRF.

No anverso da medalha, em brocante e em abismo, encontra-se um broquel em campo de argenteo, contendo, ao centro, escudo polonês (silhueta do emblema PRF) em blau, orlado por láurea - representando a conquista/vitória de receber a honrosa condecoração; e, ao centro, o logotipo PRF em ouro.

Tal broquel central tem bordadura em blau realçada em argenteo, carregada de estrelas de argenteo em número igual ao das estrelas existentes na Bandeira Nacional, representando as 26 unidades federativas e o Distrito Federal. O broquel fica pousado numa Cruz de Malta em campo blau, realçada em argenteo.

A Cruz de Malta fica sobre um resplendor de ouro, cujos contornos formam uma estrela partida e gironada de vinte pontas realçadas também em ouro, simbolizando coragem, firmeza, honra e integridade. Na Cruz de Malta, em contrachefe diminuto, está inscrito o ano “1928”, o qual alude ao ano de criação da Polícia Rodoviária Federal.

No reverso da medalha, o campo do escudo é liso e, em brocante e chefe, teremos as Armas Nacionais do Brasil acompanhadas em ponta pelo cabeçalho contendo as inscrições “Ministério da Justiça e Segurança Pública” e “Polícia Rodoviária Federal”. Em abismo, há o nome da medalha: “Washington Luís” e, acompanhado em ponta, o logotipo PRF.

Veja mais sobre: Polícia, Maranhão,

## **Governo Brandão avança em projetos para a regularização fundiária no estado**

20 de dezembro de 2022, 11:35h0 1.153 3 minutos de leitura

Encontro reuniu representantes de órgãos de municípios e do judiciário. (Reprodução)  
O governador Carlos Brandão coordenou, na tarde de segunda-feira (19), no Palácio dos Leões, uma reunião de alinhamento que contou com a participação de diversas secretarias de Estado, representantes e membros do Poder Judiciário, municípios, Câmara de São Luís e da iniciativa privada. O encontro objetivou a elaboração de uma parceria institucional voltada para avanços na regularização fundiária no Maranhão.

O momento também foi essencial para a reflexão sobre a viabilidade de diversos mecanismos facilitadores para a regularização de territórios nacionais. Segundo Richard Torsiano, especialista internacional em Governança e Administração de Terras, há uma série de elementos que justificam a investida e interesse de destaque do Estado do Maranhão em gerenciar os processos de regularização fundiária em seus territórios urbano e rural.

“Há o interesse em se construir um projeto nacional para melhorar a gestão fundiária no país. E existem estados que são prioritários para produzir os seus projetos paralelos, por suas características, como é o caso do Maranhão. Pela quantidade de comunidades, biomas Amazônia e Cerrado, avanço da fronteira agrícola, potencial de energias renováveis”, explicou Torsiano, que também é consultor do Banco Mundial junto à Corregedoria-Geral da Justiça do Piauí (CGJ/PI).

Para Brandão, há grandes avanços nos últimos anos, nesse quesito, no território maranhense. E, para ele, a atuação das Corregedorias de Justiça tem sido relevante no processo de colaboração integrada. “O governo do Maranhão tem muita vontade de avançar na regularização fundiária em seu território. Vamos ampliar a relação com o governo federal e no fomento a financiamentos privados. Precisamos encontrar recursos. Onde houver espaço, iremos atrás”, garantiu.

### **Desenvolvimento e preservação dos povos e comunidades tradicionais**

A expansão do agronegócio no Brasil, sem o devido processo de ordenação territorial, tem ocasionado conflitos agrários envolvendo diversos atores. Outro mote defendido ao longo da reunião foi justamente sobre o avanço em políticas públicas que garantam segurança jurídica, combatendo a tensão no campo, que por vezes tem crescido.

“Tem que ter espaço para todos. Comunidades indígenas e quilombolas. Assentados e grandes produtores. O que não pode é ter conflito agrário. A paz no campo deve ser garantida e os legítimos responsáveis pelas terras precisam ter sua segurança garantida, para não se tornarem sujeitos a invasões”, ressaltou, ainda, o governador.

### **Celeridade e tecnologia**

Além desses elementos, a regularização fundiária elaborada de forma ordenada, com a participação de todos os agentes públicos e parceiros do campo empresarial, garante outros pontos positivos. “É possível ter acesso a crédito, aos programas governamentais e às inovações tecnológicas, sem deixar de lado a conservação ambiental, tão debatida hoje em dia por quem pensa em uma produção sustentável para os seus estados”, pontuou o diretor-presidente do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), Anderson Ferreira.

Uma ideia que tem ganhado bastante entusiastas e que foi colocada em debate é a da entrega dos títulos de propriedade em projetos de regularização fundiária no Maranhão por meio da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ/MA) com a interligação dos cartórios de registros de imóveis ao Iterma, otimizando e agilizando os projetos desenvolvidos pelo Judiciário maranhense, sem custos.

“A média de regularização fundiária, nos últimos governos, tem sido de 500 a 1500 títulos de terra por ano. Pretendemos avançar com um projeto maior, daqui para a frente, com o esforço conjunto de todas as entidades parceiras”, esclarece Brandão.

Para isso, o encontro deliberou a formação de grupos de trabalho que irão avançar em uma espécie de diagnóstico. A finalidade é apresentar propostas para a regularização fundiária nas áreas urbana e rural maranhenses, por meio de financiamento e acordos entre as diversas iniciativas, que atuam conjuntamente para a melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos no convívio com a terra, daqueles que vivem e produzem em solo maranhense.

A reunião contou com a presença de representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Ministério Público do Maranhão (MPMA), Defensoria Pública, prefeituras municipais, Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Urbano (Secid) e do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), que vão atuar para garantir mais segurança jurídica e políticas públicas a pequenos, grandes e médios produtores das zonas rural e urbana do estado.

## **Recesso do Poder Judiciário acontece entre 20 de dezembro e 6 de janeiro**

Durante esse período, a Justiça Estadual funcionará em regime de plantão judicial

Fonte: Com informações da assessoria

Data de publicação: 19/12/2022

(Foto: Reprodução)

SÃO LUÍS - O Recesso Forense do Poder Judiciário do Maranhão tem início nesta terça-feira, 20 de dezembro de 2022, e se estende até o dia 6 de janeiro de 2023, sexta-feira.

Durante esse período, a Justiça Estadual funcionará em regime de plantão judicial.

O recesso de fim de ano é regulamentado pela Portaria GP nº 953/2017. O regime de plantão é estabelecido pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O atendimento será feito através do telefone celular do plantão (98 98815-8344) e do seguinte e-mail: [plantaos2grau@tjma.jus.br](mailto:plantaos2grau@tjma.jus.br). O serviço funciona em regime de sobreaviso e, após o peticionamento, o advogado (a) deve entrar em contato com o(a) servidor(a) plantonista por telefone.

Somente serão apreciados no Plantão Judiciário de Segundo Grau os processos com pedidos de liminar e medidas de urgências protocolizados até 24h antes do início do plantão, cabendo aos relatores a apreciação dos feitos distribuídos antes daquele período.

Segundo a Portaria GP nº 1125/2022, durante o recesso forense, de 20 de dezembro de 2022 a 6 de janeiro de 2023, não haverá atendimento presencial nas dependências do Tribunal de Justiça do Maranhão e as demandas destinadas ao plantão judicial de Segundo Grau serão recebidas, exclusivamente, por intermédio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico(PJe).

Os recursos com pedidos de liminar e medidas urgentes protocolizadas no último dia útil antes do início do plantão, somente serão conclusos aos desembargadores plantonistas mediante expresse requerimento da parte interessada.

## **Fórum de São Luís ganha pintura em homenagem à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis**

A homenagem foi feita pela Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, em parceria com o Sindicato dos Servidores do Judiciário.

Fonte: Com informações do Fórum Des. Sarney Costa

Data de publicação: 19/12/2022

A escadaria principal do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) ganhou a imagem de Maria Firmina dos Reis (Foto: Divulgação)

A escadaria principal do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) ganhou, nesta segunda-feira (19), a imagem da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, pintada pelo artista visual Gil Leros. A homenagem feita pela Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, em parceria com o Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus-MA), lembra o bicentenário de nascimento da primeira romancista negra do Brasil. A iniciativa integra as ações do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A obra de arte passa a integrar a série de diferentes criações artísticas que ilustram ruas, prédios, escadarias e outros espaços públicos da cidade.

O corregedor geral de Justiça, desembargador Froz Sobrinho, disse durante a inauguração da obra de arte que a imagem da escritora ilustrando a escadaria do maior Fórum de Justiça do Maranhão é representatividade, significa a proximidade do judiciário com o cidadão. O desembargador lembrou que cerca de cinco mil pessoas têm acesso todos os dias ao Fórum da capital e que a pintura da romancista maranhense ocupa um espaço estratégico de grande visibilidade para quem chega ao prédio ou simplesmente passa na avenida que fica em frente ao Fórum. Em sua fala, o corregedor lembrou sobre a importância de Maria Firmina dos Reis para a literatura brasileira.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, parabenizou a CGJ e o Comitê da Diversidade pela escolha da imagem que ilustra a escadaria do Fórum, ressaltou a história da mulher negra que se tornou romancista ainda muito jovem e a representatividade que traz a pintura de Maria Firmina dos Reis em um dos principais prédios do Judiciário maranhense.

O juiz e escritor Antônio Agenor Gomes, que contribuiu como biógrafo para que o artista visual Gil Leros pudesse criar a imagem de Maria Firmina que ilustra a escadaria, apresentou, durante a solenidade, uma biografia resumida da romancista. “Temos aqui uma mulher filha de ex-escravizada; tornou-se professora aos 22 anos, por meio de concurso público em 1947, na cidade de Guimarães, interior do Maranhão, onde viveu a maior parte da sua vida. Essa pintura mostra a preocupação do Tribunal de Justiça com a representatividade, com a mulher, com o negro”, disse o magistrado. Ele afirmou que Maria Firmina, nascida em São Luís, em 11 de outubro de 1825, foi a primeira mulher na literatura brasileira a dar destaque aos negros. Ela escreveu “Úrsula”, sua primeira obra, quando tinha apenas 18 anos de idade.

Gil Leros disse que demorou três noites para, junto com sua equipe desenhar e pintar a imagem na escadaria. A principal dificuldade, segundo o artista visual, foi o fato de não existirem fotografias ou imagens reais da escritora e que ele precisou recorrer às descrições feitas por biógrafos para realizar o trabalho artístico.

“Respeitamos as características descritas, de mulher negra, de personalidade forte, de primeira autora de romance abolicionista do país”, explicou. A pintura mostra Maria Firmina como uma representatividade jovem, com idade entre 20 e 28 anos. Para escolher as cores do desenho, o artista conta que utilizou o azul que já é uma marca de suas obras; o coração na cor vermelha, que é um símbolo aplicado em outros espaços culturais; o verde e o amarelo têm uma ligação com elementos de construção nacional que a escritora representa.

Participaram da cerimônia de inauguração da pintura da escadaria também o segundo vice-presidente do TJMA, desembargador Marcelino Chaves Everton; o diretor do Fórum de São Luís, juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira; juízes e juízas; além de servidores e servidoras do Judiciário.

A programação do dia foi encerrada com a apresentação do coral formado por 53 crianças da Escola Comunitária Amiguinhos De Jesus, da Vila Mauro Fecury. A cantata natalina do coral infantil também encerrou as atividades presenciais do Fórum de São Luís em 2022.

## **MPMA recebe prêmio por defesa e promoção de Direitos Humanos**

Publicado em 19/12/2022 10:58 - Última atualização em 19/12/2022 10:58

Eduardo Nicolau recebeu prêmio das mãos da secretária Amanda Costa

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu, em nome do Ministério Público do Maranhão, o Prêmio Magno Cruz 2022 da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), entregue na tarde desta sexta-feira, 16, no auditório do Palácio Henrique de La Rocque. A premiação ocorreu durante o Encontro Estadual da Rede de Defensores de Direitos Humanos, que encerrou a Semana Estadual dos Direitos Humanos.

Eduardo Nicolau recebeu a premiação das mãos da titular da Sedihpop, Amanda Costa, em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados, como chefe do MP do Maranhão, na defesa e promoção de direitos humanos no estado pelo Programa de Atuação em Direitos Humanos (Padhum). O Padhum é realizado pelo Ministério Público do Maranhão por meio da Secretaria para Assuntos Institucionais, que tem à frente o promotor de justiça José Márcio Maia Alves.

PGJ com defensor público-geral e presidente do TJMA

Foram lançados, em novembro, os planos de ação que enfocam o combate ao racismo, à LBGTfobia e à intolerância religiosa e a defesa dos direitos de pessoas que vivem com HIV/Aids. No ano passado, foram lançados os planos voltados para o enfrentamento da violência psicológica contra a mulher e do feminicídio e para a defesa dos direitos de pessoas em situação de rua.

O Prêmio celebra a memória do militante maranhense Magno Cruz, que teve uma atuação destacada nos direitos humanos, principalmente no movimento quilombola. Esta é a quinta edição da premiação.

Redação: CCOM-MPMA com informações da Ascom/Sedihpop

Fotos: Ascom/Sedihpop



## **Poder Judiciário tem Recesso Forense entre 20 de dezembro e 6 de janeiro**

Não haverá atendimento presencial nas dependências do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O expediente do Tribunal de Justiça do Maranhão funcionará com plantões. (Foto: Divulgação/TJ-MA)

Por: Da Redação com informações do Tribunal de Justiça do Maranhão  
19 de Dezembro de 2022

A partir dessa terça-feira (20), se inicia o Recesso Forense do Poder Judiciário do Maranhão, que se estende até o dia 6 de janeiro de 2023, uma sexta-feira. Durante esse período, a Justiça Estadual funcionará em regime de plantão judicial.

### **PUBLICIDADE**

O recesso de fim de ano é regulamentado pela Portaria GP nº 953/2017 e foi estabelecido pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão o regime de plantão.

O atendimento será feito através do telefone celular do plantão (98 98815-8344) e do seguinte e-mail: [plantao2grau@tjma.jus.br](mailto:plantao2grau@tjma.jus.br). O serviço funciona em regime de sobreaviso e, após o peticionamento, o advogado (a) deve entrar em contato com o(a) servidor(a) plantonista por telefone.

Somente serão apreciados no Plantão Judiciário de Segundo Grau os processos com pedidos de liminar e medidas de urgências protocolizados até 24h antes do início do plantão, cabendo aos relatores a apreciação dos feitos distribuídos antes daquele período.

Segundo a Portaria GP nº 1125/2022, durante o recesso forense, de 20 de dezembro de 2022 a 6 de janeiro de 2023, não haverá atendimento presencial nas dependências do Tribunal de Justiça do Maranhão e as demandas destinadas ao plantão judicial de Segundo Grau serão recebidas, exclusivamente, por intermédio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico(PJe).

Os recursos com pedidos de liminar e medidas urgentes protocolizadas no último dia útil antes do início do plantão, somente serão conclusos aos desembargadores plantonistas mediante expresse requerimento da parte interessada.

Na Comarca da Ilha, antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os(as) servidores(as) plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal) e (98) 98409-8825 (oficial de justiça do plantão criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

## **Escadaria do Fórum de São Luís ganha pintura em homenagem à Maria Firmina**

A imagem pintada na escadaria é do artista Gil Leros.

A programação de inauguração também encerrou as atividades presenciais do Fórum. (Foto: Divulgação/Josy Lord)

Por: Da Redação com informações do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão  
20 de Dezembro de 2022

A escadaria principal do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) ganhou, nessa segunda-feira (19), a imagem da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, pintada pelo artista visual Gil Leros.

### **PUBLICIDADE**

A homenagem feita pela Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, em parceria com o Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus-MA), lembra o bicentenário de nascimento da primeira romancista negra do Brasil.

A iniciativa integra as ações do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A obra de arte passa a integrar a série de diferentes criações artísticas que ilustram ruas, prédios, escadarias e outros espaços públicos da cidade.

O corregedor geral de Justiça, desembargador Froz Sobrinho, disse durante a inauguração da obra de arte que a imagem da escritora ilustrando a escadaria do maior Fórum de Justiça do Maranhão é representatividade, significa a proximidade do judiciário com o cidadão.

O desembargador lembrou que cerca de cinco mil pessoas têm acesso todos os dias ao Fórum da capital e que a pintura da romancista maranhense ocupa um espaço estratégico de grande visibilidade para quem chega ao prédio ou simplesmente passa na avenida que fica em frente ao Fórum.

Gil Leros disse que demorou três noites para, junto com sua equipe desenhar e pintar a imagem na escadaria. A principal dificuldade, segundo o artista visual, foi o fato de não existirem fotografias ou imagens reais da escritora e que ele precisou recorrer às descrições feitas por biógrafos para realizar o trabalho artístico.

Para escolher as cores do desenho, o artista conta que utilizou o azul que já é uma marca de suas obras; o coração na cor vermelha, que é um símbolo aplicado em outros espaços culturais; o verde e o amarelo têm uma ligação com elementos de construção nacional que a escritora representa.

A programação do dia foi encerrada com a apresentação do coral formado por 53 crianças da Escola Comunitária Amiguinhos De Jesus, da Vila Mauro Fecury. A cantata natalina do coral infantil também encerrou

as atividades presenciais do Fórum de São Luís em 2022.

## **Atraso injustificado na entrega de imóvel resulta em danos morais, decide TJMA**

Decisão que considerou o atraso foi em um dos quase 8 mil processos julgados pela 5ª Câmara Cível do Tribunal no ano de 2022

Comentar

Ascom/TJMA

Agência TJMA de NotíciasFoto: Divulgação: Ascom/TJMA

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão condenou a Living Panama Empreendimentos Imobiliários e a Cyrela Brazil Realty s/a Empreendimentos e Participações ao pagamento de R\$ 8 mil, por danos morais, a uma consumidora, em razão de atraso na entrega de imóvel. O órgão colegiado do Tribunal votou de forma favorável, nesta parte do pedido da apelante, adequou o período de pagamento de aluguel a ser feito pelas empresas, mas manteve outras determinações da sentença de 1º grau. Ainda cabe recurso.

Este foi um dos quase oito mil processos julgados pela 5ª Câmara Cível no ano de 2022. Antes do início da sessão, o presidente do órgão, desembargador José de Ribamar Castro, anunciou que a câmara havia julgado 356 processos por videoconferência/presencial e 7.628 processos pela plataforma virtual (sessão virtual), totalizando 7.984 processos julgados, em 78 sessões realizadas ao longo do ano.

No processo citado, os desembargadores consideraram que o TJMA e suas respectivas Câmaras Cíveis têm reconhecido que o atraso injustificado na entrega do imóvel para moradia, em especial decorrente de programas sociais, como no caso dos autos, afigura-se hipótese de exceção à regra, segundo a qual a mera quebra de um contrato ou o mero descumprimento contratual não gera dano moral.

O entendimento é que, neste caso, fica reconhecido como violado o direito fundamental à moradia, que atinge a expectativa legítima da apelante em residir em casa própria, com abalos emocionais a direitos personalíssimos, pois envolvem direta ou indiretamente a dignidade da pessoa humana.

### **APELO**

A consumidora apelou ao Tribunal, insatisfeita com a sentença de primeira instância, que julgou parcialmente procedentes os pedidos feitos, para reconhecer a extrapolação do prazo de entrega do imóvel superior a 180 dias e, conseqüentemente, a condenação em danos materiais na modalidade de lucros cessantes, correspondente ao valor do aluguel mensal, no percentual de 0,5% do valor do imóvel, julgando improcedentes os demais pedidos.

A apelante requereu a condenação do Banco do Brasil de forma solidária; o congelamento do saldo devedor pelo período de atraso na entrega do imóvel; a condenação em danos morais e a majoração dos honorários advocatícios para 20%.

### **VOTO**

Na parte do pedido de condenação do banco de forma solidária, o desembargador Raimundo Barros, relator da apelação, verificou nos autos que, da decisão de 1º grau que excluiu o Banco do Brasil do polo passivo da demanda, não houve a interposição de recurso próprio, agravo de Instrumento, e não conheceu do recurso em

relação a esse ponto, citando decisões análogas de tribunais de justiça.

Em relação aos demais pedidos, o desembargador lembrou que a autora da ação adquiriu junto às apeladas um apartamento e bens comuns do empreendimento imobiliário situado na Estrada de Ribamar. Ressaltou que a apelante alegou atraso na entrega do imóvel, vícios estruturais na obra e outros problemas.

Acrescentou que a consumidora requereu a aplicação do reajuste do saldo devedor até a data devida para a entrega do bem (novembro/2012), com devolução do valor em favor da autora; a condenação das requeridas ao pagamento de reparação dos lucros cessantes; danos morais, além de substituições de equipamentos, serviços e correções na obra.

A sentença de 1º grau deu procedência parcial para condenar as empresas ao pagamento de um aluguel por mês de atraso, em relação ao imóvel objeto, a contar de junho/2013 até julho/2013, a título de lucros cessantes; reconheceu a prescrição em relação ao pedido de devolução em dobro do valor relativo à taxa de corretagem e julgou improcedentes os demais pedidos, visto que a autora aderiu ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado junto à Promotoria de Defesa do Consumidor.

Em relação aos pedidos de obrigação de fazer em relação aos vícios de construção e ausência de áreas comuns, e respectivos danos material e moral por estes fatos, o relator entendeu que houve prejudicialidade dos pedidos, uma vez que inexistente o interesse processual em relação a estes, em razão do acordo extrajudicial firmado entre as partes.

O desembargador adequou a sentença de 1º grau para condenar as duas empresas ao pagamento de aluguel por mês de atraso, em relação ao imóvel, a contar de janeiro de 2013 até julho de 2013, a título de lucros cessantes, tendo como parâmetro o valor do aluguel mensal do imóvel sob discussão, que fixou em 0,5% sobre o valor do imóvel no contrato, corrigido com juros e correção monetária.

No que tange aos danos morais, entendeu que o TAC se referiu aos danos materiais e morais advindos dos problemas apresentados em relação às áreas comuns e aos vícios de construção.

Acrescentou que, presentes o ato ilícito (não entrega do imóvel), nexo causal (atraso injustificado) e dano moral (abalo pela frustração da fruição da casa própria) deve-se reconhecer a procedência do pedido de dano moral. Com base em precedentes de casos semelhantes, entendeu que o valor de R\$ 8 mil de indenização por danos morais, com correção monetária, é o adequado para ressarcimento do abalo sofrido.

Os desembargadores José de Ribamar Castro e Raimundo Bogéa também votaram pelo provimento parcial do apelo da consumidora.

## Deputados estaduais eleitos dia 2 de outubro são diplomados

Agência AssembleiaFoto: Agência Assembleia

Os 42 deputados estaduais eleitos e reeleitos no pleito de outubro deste ano foram diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), em sessão solene realizada na tarde deste sábado (17), no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana. No mesmo ato, também receberam o diploma da Corte Eleitoral os 18 deputados federais, o senador eleito Flávio Dino, as suplentes de senador, Ana Paula Lobato e Maria de Lourdes; o governador Carlos Brandão, o vice-governador Felipe Camarão, além dos suplentes de cada partido.

A solenidade foi conduzida pela presidente do TRE/MA, desembargadora Ângela Salazar, com a presença de dirigentes partidários, prefeitos, parlamentares, familiares, correligionários e demais autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Também compuseram a mesa de honra o governador Carlos Brandão (PSB); o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB); o prefeito de São Luís, Eduardo Braide (PSD); o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA); desembargador Paulo Velten; o corregedor e vice-presidente do TRE/MA, desembargador José Luís Almeida; procurador geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; procurador regional eleitoral, Hilton Araújo de Melo; procurador da República, Lino Osvaldo Serra; defensor público-geral, Gabriel Santana Furtado Soares; presidente da Seccional da OAB/MA, Kaio Saraiva; e pelo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMAMA), Hólidice Barros.

Os eleitos foram chamados por ordem decrescente de votação na urna eletrônica. Primeiramente, receberam diplomas os deputados federais, seguidos dos estaduais, senador, suplente de senador, governador e vice-governador, os suplentes de deputado federal e estadual de cada partido, federação e coligação também foram diplomados.

### Compromisso

Após ser diplomado, o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), frisou que continuará trabalhando para todos os maranhenses. “Agradeço ao povo do Maranhão que me honrou com uma expressiva votação, o que reforça o nosso compromisso de continuar trabalhando ainda mais pelo nosso estado”, enfatizou.

A presidente do TRE/MA, Ângela Salazar, afirmou que a Justiça Eleitoral se reinventou e se reorganizou para proporcionar à sociedade um processo seguro, pacífico, transparente e confiável. “Trabalhamos em um clima de suspeição e ataques à Justiça Eleitoral e de constantes ameaças ao Estado Democrático de Direito. No entanto, enfrentamos esses obstáculos e mostramos, com firmeza e eficácia, que a democracia venceu. Esta solenidade representa a legitimação do processo eleitoral no Maranhão”, afirmou.

### Trabalho

A suplente de senador Ana Paula Lobato, que assumirá o mandato em substituição a Flávio Dino, que vai para o Ministério da Justiça, afirmou que trabalhará com determinação. “E em favor de todos os brasileiros e maranhenses, principalmente daqueles que mais precisam”, frisou.

O governador Carlos Brandão afirmou que governará para todos os maranhenses de forma transparente. “Somos um estado que preza pela segurança jurídica e a democracia baseada na harmonia entre os Poderes. É assim que governaremos. Somos fruto da escolha do povo. Teremos um olhar mais atento àqueles que mais precisam e uma visão de modernização da máquina pública para gerar emprego e renda. Sou um municipalista convicto e tenho total consciência dos desafios que assumirei para que cada município seja atendido da forma justa”.

#### Justiça social

O senador eleito Flávio Dino manifestou grande emoção ao receber o diploma. “Recebo esse diploma com o sentimento de dedicação à causa da justiça social e compromisso com o trabalho. Divido-o com todo o povo do Maranhão. Em cada pedaço dele estará o coração de cada maranhense. Levarei para Brasília esse sentimento de amor, solidariedade e fraternidade que me une de modo indissociável com a população de nosso estado, sobretudo, a população mais simples”, disse.

A deputada Solange Almeida (PL) enfatizou que está disposta a trabalhar pelo povo do Maranhão. “E ao lado do governador Carlos Brandão. Esperamos também que o presidente Lula faça um excelente trabalho pelo Brasil”. disse.

O deputado estadual reeleito Roberto Costa (MDB) ressaltou que está sendo formada uma forte aliança pelo Maranhão e que a Assembleia manterá um bom diálogo com o Executivo, buscando melhorias para a população. “Tenho uma grande expectativa em relação ao governo do presidente Lula, que contará com a presença do senador Flávio Dino como ministro da Justiça, o que sinaliza um suporte grande para o nosso estado no que diz respeito às ações federais”, complementou.